

VALOR E SERIALIDADE*

*João Carlos Brum Torres***

Para memória de Eginardo Pires

A idéia de que há no marxismo e, em especial, na Teoria do Modo de Produção Capitalista a expressão de um tipo “suígeneris” de racionalidade, que caracterizaria, exemplarmente, a lógica dos objetos e regularidades sociais, foi difundida e reforçada nas análises de Althusser e nos trabalhos produzidos em torno delas. No quadro geral destas discussões, a teoria do valor como que reduplicava a exemplaridade, tudo se passando como se a compreensão adequada da **forma do valor** fosse o crisol onde se descartasse a expressão mais simples dessa racionalidade especial que Marx teria entregue, pela primeira vez, ao controle da teoria.

O pressuposto deste artigo é que esta idéia — nos termos formais e sumários em que acaba de ser exposta — é essencialmente correta e que, não obstante a insuficiência e as inconseqüências dos ensaios para estabelecê-la, é irrecusável que na teoria do valor se encontra um ponto privilegiado para a elucidação das questões cruciais de uma lógica das Ciências Sociais. Para demonstrá-lo, convém, no entanto, proceder metodicamente e partir de um exame — ainda que breve — dos pontos mais importantes da discussão aludida.

* Este texto foi escrito em 1972, como parte essencial dos trabalhos preparatórios à minha tese de mestrado. Vai aqui publicado tal qual. Não obstante minhas posições e interesses terem se modificado muito desde então, continuo a pensar que há nos desenvolvimentos de **Valor e Serialidade** a explicitação de aspectos e implicações da teoria do valor que costumam ser deixados na sombra. Estou igualmente convencido, porém, de que este esforço elucidador não pode deixar de desembocar numa crítica dos pressupostos teóricos de Marx. Foi o que procurei fazer em minha dissertação de 1974 (Torres, 1979). Desenvolvimentos críticos afins — ainda que expressos em perspectiva e linguagem menos “especulativa” — encontram-se, por exemplo, em Cutler et alii (1980), e no posfácio de Catherine Colliot-Thélène à tradução inglesa da **História do Pensamento Econômico** de Rubin (1979). Agradeço à Maria He-loísa Lenz, Coordenadora Editorial de Ensaio FEE, a oportunidade da publicação.

** Professor do Departamento de Filosofia da UFRGS.

As aproximações mais conseqüentes dos aspectos lógico-ontológicos da teoria do valor encontram-se no trabalho de Rancière (1967) em *Lire le Capital I*, no livro *Calcul Economique et Formes de Propriété* de Bettelheim (1970), na resposta de Arghiri Emmanuel às *remarques* de Bettelheim (Emmanuel, 1972) e, finalmente, no artigo de Giannoti publicado no nº 3 da revista *Teoria e Prática* (Giannoti, 1968).

O trabalho de Rancière (1967) tem o mérito inestimável de, reabrir a discussão em torno da forma do valor e de reabri-la em seu nível próprio, vale dizer, desdobrando-lhe adequadamente as sérias dificuldades e as complexas implicações teóricas. Do ponto de vista da análise presente, sua importância poderia ser resumida nos tópicos seguintes: 1) enfatiza o caráter contraditório da equação de troca; 2) chama a atenção para os textos em que Marx, discutindo as objeções de Bailey, é forçado a explicitar o problema das condições de possibilidade desta igualização aparentemente impossível que já fizera o escândalo de Aristóteles (trata-se da questão do difícil *secundum quid*, a partir da qual se há de poder comparar o incomparável, um par de sapatos e vinte quilos de ferro, por exemplo); 3) em afirmar que são as relações de produção e, mais determinadamente, a identidade — própria do Modo de Produção Capitalista — entre trabalho abstrato e concreto que — enquanto causa ausente da equação — a sustenta e a explica.

O interesse e a novidade, mas também a fraqueza, da contribuição de Rancière concentram-se no terceiro item distinguido, em sua maneira de localizar e compreender a solução marxista para o problema levantado. O interesse está, desde logo, em que Rancière identifica bem o lugar teórico em que deve situar-se a resolução do problema — na identidade dos dois trabalhos, própria do Modo de Produção Capitalista e, como se verá, da produção mercante como tal. A novidade está em ter salientado o caráter problemático, difícil desta identidade. A fraqueza em não lhe ter elucidado suficientemente a dificuldade. E isto, evidentemente, porque dizer que a identidade de trabalho concreto e abstrato é, como causa ausente, a condição de possibilidade da equação de troca, antes que uma resolução para o problema, é um modo eficaz de acentuar-lhe a dificuldade. Dizendo de outra maneira: à força de ser conciso, Rancière torna-se ambíguo, e a articulação dos dois níveis de significação, que, como se verá, há que distinguir em sua fórmula — para que possa ter sentido — é, a permanecer-se em sua literalidade, inoperável. Além disso, mesmo reconhecendo sentido à sua tese, deve-se dizer que seu desenvolvimento é profundamente omissivo, visto que negligencia a questão do modo de presença e ausência dos dois trabalhos, o problema de sua ligação com a forma de equação e, finalmente, a explicitação da razão da necessidade desta equação ela mesma. A rigor, pode-se dizer que Rancière apenas desloca o problema do nível da circulação para o da produção, sem elucidar-lhe a razão da estrutura, também neste segundo nível, contraditória; nem o mecanismo de resolução que lhe é próprio.

As análises que se encontram no livro citado de Bettelheim continuam, e com propriedade, às de Rancière. Põem em evidência aquilo que no Modo de Produção Capitalista é responsável pela forma do valor, isto é, assinala-lhe o caráter “mercante” (a separação e autonomia dos produtores combinada a sua interdependência *qua* consumidores) e a privatização do trabalho social daí decorrente (Bettelheim, 1970,

p. 41). Entretanto, na medida em que pressupõem que o caráter social dos trabalhos privados é anterior à seqüência das trocas, acabam por enfraquecer, por esquecer o caráter problemático desta identidade — o qual, precisamente, a formulação de Rancière tinha o mérito de acentuar — e negligenciam o mecanismo (como se verá) absolutamente essencial de sua igualização.

A contribuição essencial do artigo de Giannotti está no referir o valor a uma gênese categorial real (Giannotti, 1968, p. 72-4) e de situá-la corretamente na reiteiração das trocas. Sua falta é negligenciar a estrutura interna deste mecanismo de constituição e, seguramente em conseqüência, pensar o correlato desta síntese objetiva em termos substanciais. Além disso, e pela mesma razão, Giannotti inverte a ordem lógica na análise da forma do valor ao afirmar que é na passagem “da identidade à igualdade que se constitui o fundamento” (Giannotti, 1968, p. 72).

Arghiri Emmanuel, ao pôr em evidência a inseparabilidade da teoria do valor trabalho dos mecanismos que lhe dão efetividade, faz o processo da posição substancialista e abre decisivamente o caminho para uma análise correta do problema em discussão. Surpreendentemente, no entanto, é também por negligenciar as exigências da forma do valor que, num erro como que simetricamente contrário ao de Giannotti, reduz (de maneira demasiado abrupta, sem dúvida) o valor à pura categoria de relação, faltando-lhe, também, por isso, ao difícil modo de existência. De maneira aproximativa e antecipando o resultado das análises seguintes, poder-se-ia dizer que escapa a Emmanuel a consistência, a quase objetividade que o valor assume em conseqüência do caráter “reificador” da produção mercante.

Resumindo, e de maneira bem geral, pode-se, portanto, dizer que Rancière e Bettelheim passam por cima do modo específico em que se dá e ocorre a identidade de trabalho abstrato e concreto; que Giannotti, ainda que tenha remetido esta questão ao lugar teórico no qual se torna possível respondê-la, analisa-a insuficientemente e extrai-lhe conseqüências equivocadas; que Emmanuel, finalmente, embora elucide corretamente o mecanismo essencial pelo qual a forma do valor se torna efetiva e faça, conseqüentemente, a crítica da posição substancialista, desconsidera — à sua maneira, bem entendido — a forma do valor e esquece a opacidade e o peso real e objetivo que lhe é peculiar.

Pode-se perceber, assim, que a análise correta da forma do valor — vale dizer, a compreensão da necessidade, ou antes da articulação de sua necessidade e estrutura com os mecanismos desta derivados — é um passo estrategicamente decisivo na elucidação do estatuto ontológico do valor. Pode-se ver também que é por terem, de uma maneira ou outra, faltado a estas exigências que cada um dos textos referidos — ainda que adiantando instrumentos preciosíssimos para a análise — não elucidam de maneira satisfatória os problemas em discussão.

Uma conclusão provisória é, portanto, que, para avançar nesta análise e, mostrando mais em detalhe o que aportam e no que faltam os trabalhos referidos, penetrar no cerne mesmo do problema, é mister refazer a analítica da forma do valor a partir da ponderação rigorosa do mecanismo de funcionamento da lei do valor que dela se deriva.

Na exposição propedêutica do início de *O Capital*, Marx inicia a colocação do

problema do valor nestes termos: para que duas coisas se meçam, é preciso que tenham entre si qualquer coisa de comum, um *secundum quid* a partir do qual possam ser relacionadas. A colocação é confessadamente aristotélica; e a resposta, seguramente aristotelizante: este comum, que Aristóteles não acreditava possível, é o trabalho humano de onde provém toda mercadoria. Giannotti insiste em que este trabalho, que para cumprir suas funções deve ser abstrato e geral, socialmente necessário, é fruto de uma gênese social real e que, portanto, a igualização de duas mercadorias é possível porque há realmente, e como que antes delas, um trabalho abstrato real. Nesta hipótese, que é de resto sugerida pelo próprio Marx em muitos textos, o que não se compreende é a necessidade da forma do valor, isto é, não se vê porque o valor só pode expressar-se, relativamente, numa mercadoria determinada, mais precisamente no valor de uso de uma mercadoria que lhe faz as vezes de equivalente. Note-se que a dificuldade é da coisa mesma, agrura de pensar a articulação da resolução do problema lógico da equação de troca (contida na descoberta clássica da “substância” do valor) à necessidade da forma do valor, isto é, da relação polar entre forma relativa e equivalente. A dificuldade está, já se vê, em que a existência da forma do valor resulta da inexistência da produção comunitária, vale dizer, em termos positivos, do fato de que em toda produção em forma mercante os produtores ou as unidades de produção são separados e autônomos — ainda que, claro, interdependentes via o agregado de suas necessidades de consumo. O que implica dizer, inelutavelmente, que o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada classe de mercadorias, assim como ao conjunto destas, não pode determinar-se anteriormente aos julgamentos que se operam, com a iteração do ciclo, no circuito das trocas — não obstante, por ele (isto é, pelo valor) regulado. De onde, portanto, que, dada uma estrutura mercante, a condição lógica da equação, a identidade dos termos a igualar ao terceiro comum que as torna comensuráveis, não existe anteriormente à equação que este deve tornar possível (Marx, 1963, p. 298). Isso não quer dizer, naturalmente, que a forma valor exclua e inutilize as conquistas da teoria clássica do valor trabalho. Quer dizer apenas que a simplicidade da colocação aristotelizante com que se abre *O Capital* tem que ser superada em vista de uma teorização menos tradicional, em que a contradição que acaba de ser apontada possa ser pensada.

Marx, conforme se sabe, como Rancière suficientemente insistiu, afirma que o valor de uso da mercadoria posta como equivalente na estrutura polar da relação de troca expõe ou representa o valor, isto é, o trabalho socialmente necessário. A análise estrutural tratou de explicitar a complexidade implicada nesta formulação, o fato de que o determinante é aí presente desde sua ausência. A colocação tem, pelo menos, o mérito indiscutível de transpor a contradição para um nível metacategorial e, em o fazendo, de pôr bem em evidência sua dificuldade. Quer dizer, mostra como, dada a estrutura mercante, o trabalho socialmente necessário é indeterminável *ex-ante* e como, no entanto, as trocas em que se efetua sua determinação são por ele reguladas. Esta é a contradição que cabe elucidar.

A dificuldade é irresolúvel enquanto não se subordinar o exame das dificuldades lógicas apontadas à consideração atenta dos problemas específicos que a teoria do valor deve resolver. Em termos elementares, pode-se dizer que o ponto de parti-

da da teoria do valor, a dificuldade empírica de que arranca, são as múltiplas e sempre surpreendentes trocas reais, estes movimentos desconcertantes em que toda sorte de mercadorias se substituem reciprocamente sem que, à primeira vista pelo menos, se possa detectar qualquer princípio que possibilite regular-lhe as comparações sempre mais estranhas.

O procedimento teórico que visa resolver estas dificuldades comporta, histórica e logicamente, duas etapas, de importância equivalente, mas de complexidade desigual.

A primeira dessas etapas resume-se no que Marx chama a descoberta da substância do valor, na intuição de que aquilo que Ricardo chamava o “valor relativo” de uma mercadoria repousa — pelo menos para aquelas cuja quantidade é suscetível de ser aumentada pelo trabalho humano — na quantidade de trabalho necessária à sua produção. De onde, naturalmente, a dissolução imediata da dificuldade relativa às condições de possibilidade de comparação entre mercadorias diversas, posto que se está assim a dizer que, para além da diversidade empírica dos produtos, está este elemento comum que — supostas as possibilidades de sua simplificação e homogeneização — as torna comensuráveis. Estabelecer as condições de redução do trabalho complexo ao simples e explicitar que o atendimento à “necessidade social” — no duplo sentido de obediência às condições técnico-sociais médias de produção e de aptidão para satisfazer a demanda social efetiva — é a forma e o sentido da abstração do trabalho forma os passos seguintes desta teorização complicada.

A segunda etapa é marcada pela descoberta da forma do valor e dos complexos problemas nela implicados. A dificuldade fundamental está no que Rancière chamou, com felicidade, a **questão crítica, isto é, em compreender porque e como a substância do valor reveste a forma do valor**. Ou dizendo de outro modo: em saber por que o tempo de trabalho socialmente necessário que define o valor não pode servir diretamente como padrão de medida do valor relativo das mercadorias, devendo aparecer sempre, ao contrário, determinado relativamente — numa equação absolutamente ineludível — no valor de uso de uma mercadoria qualquer, afetada à posição de equivalente.

A resolução desta dificuldade reside na explicitação da estrutura de produção que toma a forma do valor necessária, vale dizer, na análise da estrutura mercante e de suas implicações.¹ Solução difícil, exposta de maneira sempre demasiado elíptica

¹ Considerando que o que interessa neste artigo é estudar os problemas lógicos implicados na forma do valor e a questão do estatuto ontológico do valor, toda a sequência deste artigo suporá — por evidentes razões de simplificação — a existência de relações de valor puras, isto é, não capitalisticamente modificadas. O que é também dizer que se suporá a existência de uma economia composta de trabalhadores independentes, proprietários de seus meios de produção e na qual não há, evidentemente, trabalho assalariado. Conforme Emmanuel (1972, p. 57 e seg.) e Lange (1972). De qualquer modo, estamos convencidos de que a tese central deste artigo, a saber, que a noção sartreana de serialidade explicita a infra-estrutura lógica da forma do valor, não é afetada por uma demonstração da impossibilidade da conversão dos valores em preços de produção (ver a este propósito a resposta, reformulada, de Emmanuel às *remarques* de Bettelheim na segunda edição de *A Troca Desigual* (Emmanuel, 1972). Nesse caso, e se suas objeções efetivamente se sustentarem, tratar-se-á de transpor os termos da análise presente para o quadro do que será uma teoria da formação dos preços de produção autônomos.

no texto de Marx e de modo também sempre mais ou menos truncado nos comentários que lhe são consagrados. O ponto de partida está, evidentemente, em mostrar a exigência da forma do valor que está implicada na estrutura mercante. O essencial, nesse sentido, sendo ver que esta estrutura é uma forma de organizar o processo de reprodução social em que a divisão do trabalho se faz de modo a conceder **autonomia e discrição** às diferentes unidades de produção pelas quais se distribuiu a força de trabalho socialmente disponível. Compreende-se que, nesta condição, a distribuição e a repartição do produto, momentos essenciais do processo de reprodução, só possam fazer-se pela troca é que esta, nesta medida e segundo a expressão de Marx, se torne a forma de interconexão do trabalho social.² Compreende-se, igualmente, que, uma vez que os processos de trabalho são independentes, não haja uma fixação *ex-ante* do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das diferentes classes de mercadorias. Em consequência, parece evidente, a descoberta clássica da substância do valor afigura-se, pelo menos à primeira vista, perfeitamente inútil, posto que não se vê como possa ela determinar as razões de troca. Ao contrário, o que se percebe desde logo muito bem é a determinação de o valor de troca das mercadorias fazer-se relativamente, medir-se nos valores de uso daquelas com as quais se troca. A considerar-se mais atentamente a questão, porém, descobre-se que, uma vez aceito que cada mercadoria representa uma parte alíquota do tempo de trabalho socialmente expendido, na troca de mercadorias esconde-se a ponderação indireta da participação de cada um dos proprietários de mercadorias no processo de reprodução social. De modo que, por trás da relação entre os produtos, está a relação entre os produtores que comparando suas mercadorias respectivas estão a comparar os tempos de trabalho por cada um deles expendido (Meek, 1971, p. 163, Marx, 1963, p. 285). **Seria um erro, no entanto, concluir daí, e sem mais, que os equivalentes, isto é, os valores de uso das mercadorias contra as quais os produtores permutam as suas, expressem efetivamente o valor, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas.** Isto implicaria o esquecimento de que os trabalhos que constituem cada processo de trabalho efetivo são trabalhos concretos, realiza-

² Ver a carta de Marx à Kugelmann, de 11 de julho de 1868 (Marx et alii, 1971). A este propósito, Hilferding (1971) expressa-se da seguinte maneira: “La produzione sociale, cioè il fondamento materiale della società, è determinata qualitativamente – per sua natura – dal modo in cui è organizzato il lavoro sociale; tale organizzazione, causalmente scaturita dal bisogno economico, viene ben presto fissata in modo legale, giuridico. Questa “regolazione dall’esterno” costituisce la premessa logica dell’economia; fornisce infatti le forme in cui si stabilisce la relazione reciproca tra i membri della società – membri che lavorano o membri che regolano il lavoro. Nella società in cui esiste divisione della proprietà e divisione del lavoro, questa relazione si manifesta nello scambio, si esprime come valore di cambio”.

dos em condições técnicas em quantidades, em princípio, quaisquer.³ Seria, portanto, esquecer ou pelo menos minimizar o caráter contraditório da produção mercante, a saber, a **privatização** das atividades necessárias à reprodução social. Proceder dessa maneira implica um duplo erro: ao nível da análise da circulação, o erro dos partidários dos bônus de trabalho (Marx, 1968, t. 1, p. 75 e seg., 89 e seg.) que pretendiam utilizar o tempo de trabalho como regulador direto das trocas sem abolir a divisão do trabalho em forma mercante; implica ainda, ao nível da análise da produção, um segundo erro que é o de hipostasiar o trabalho social geral, numa variante da operação especulativa que pretende fazer dos trabalhadores individuais — vale dizer, dos processos de trabalho concretos — meros órgãos deste trabalho social geral hipostasiado.⁴ **Seja como for, o essencial é ver que a identidade de trabalho abstrato e concreto, individual e social, não é imediata e que, conseqüentemente, o valor só se expressa e representa no equivalente no quadro de um mecanismo complexo a cujas estruturas é preciso estar atento.**

Esse mecanismo opera em dois tempos.⁵ No primeiro deles, dada a separação dos processos de trabalho com a conseqüente impossibilidade de conhecimento *ex-ante* dos custos da produção social assim como das necessidades sociais, os produtores autônomos defrontam-se como proprietários de mercadorias que procuram, cada um e todos, por meio de trocas, obter os produtos por eles próprios não produzidos e que lhes são necessários. É claro que neste primeiro tempo as trocas se fazem em função das quantidades físicas oferecidas e das escalas de necessidades e preferências de cada produtor (considerado aqui, obviamente, qua consumidor). Da mesma maneira, é claro que o valor de troca de cada mercadoria só pode encon-

³ Marx (1963, p. 298) diz: “Mais en fait les travaux individuels représentés dans ces valeurs d’usage particulières ne deviennent du travail général et, sous cette forme, du travail social, qu’en s’échangeant réellement les uns contre les autres proportionnellement à la durée du travail qu’ils contiennent. Le temps de travail n’existe pour ainsi dire qu’à l’état latent dans ces marchandises et il ne se révèle que dans leur procès d’échange. Le point de départ n’est pas le travail des individus en tant que travail commun, mais au contraire les travaux particuliers d’individus privés, travaux qui ne revêtent le caractère de travail social général que dans le procès d’échange, en se dépouillant de leur caractère primitif. Le travail social général n’est donc pas un donné mais un résultat en voie de devenir.

Une nouvelle difficulté surgit là: d’une part les marchandises doivent entrer dans le procès d’échange comme temps de travail général matérialisé, et d’autre part la matérialisation du temps de travail des individus comme temps de travail général n’est elle-même que l’aboutissement du procès d’échange” (Grifos nossos).

⁴ Este segundo erro, de resto muito comum entre os interpretes de Marx, parece ser sugerido por textos como o seguinte: “Enfait, le travail, qui est ainsi mesuré par le temps, n’apparaît pas comme le travail d’individus différents, mais ce sont ces individus qui paraissent être en travaillant de simples organes du travail” (Marx, 1963, p. 281 e Hilferding, 1971, p. 121).

⁵ Confirma-se a explicação de Kurowski apud Brus (1970, p. 126).

trar sua medida objetiva no *quantum* de outras mercadorias que com ela se pode obter, ou, mais precisamente, nos *quanta* — materialmente diferenciados e formalmente, em princípio, equivalentes — de todas as outras mercadorias presentes no campo social que contra ela é possível se obter⁶ (é a forma valor desdobrada ou extensiva). Supondo-se a existência de um equivalente geral real, isto é, a monetarização da economia, segue-se que o valor de cada mercadoria se expressa no *quantum* de dinheiro que com ela se pode obter. É igualmente evidente que neste primeiro tempo as proporções podem ser quaisquer, de modo que aquelas mercadorias que funcionarem como equivalentes não poderão expressar diretamente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção daquelas com as quais estiverem equacionadas. É por isto que, se é verdade que o valor de uma dada mercadoria só pode expressar-se relativamente nos valores de uso de outras mercadorias com as quais se troque, não é verdade que as quantidades empíricas destas outras mercadorias, contra as quais eventualmente se troque, expressem-lhe imediatamente o valor.⁷ Ou, supondo a economia monetarizada e citando Marx: (1963, p. 640)

“Se o preço como expositor do valor de troca da mercadoria é o expositor de sua relação de troca com a moeda, não se segue inversamente que a relação de troca com a moeda seja necessariamente o expoente de sua grandeza em valor”.⁸

A questão que se põe, portanto, é saber quando e sob que condições a forma equivalente expressa efetivamente o *quantum* de valor de uma mercadoria dada, tornando determinada a função que lhe pertence por princípio. Isso ocorre, precisamente, no segundo tempo do mecanismo de funcionamento que vem sendo analisado. Primeiramente, como se acaba de ver, os produtores atomizados desconhecem custos e necessidades sociais, de modo que a homogeneização das condições técnico-sociais de produção assim como a complementaridade dos diferentes trabalhos

⁶ Marx (1968, t. 1, p. 77) diz: “En tant que la valeur, la mesure de son échangeabilité este déterminée par elle même: la valeur d’échange exprime justement le rapport dans lequel elle remplace d’autres marchandises; dans la réalité, une marchandise ne peut s’échanger qu’en des quantités fixées, par ses qualités naturelles et déterminées par les besoins des échangistes.”

⁷ Marx (1963, p. 290) diz, por exemplo: “Il est clair que la Valeur d’échange d’une marchandise, de la toile, par exemple, ne se réduit pas à la proportion dans laquelle une marchandise particulière, le café, par exemple, constitue son équivalent.”

⁸ Marx (1968) expressa o mesmo dizendo que a diferença entre valor e preço é real e não nominal. “Le prix ne se distingue donc pas seulement de la valeur, comme la valeur réelle se distingue de la valeur nominale” (p. 72) [pois] “.la différence nominale entre le prix et la valeur provient de leur différence réelle.” (p. 75).

sociais tornam-se um fato exterior e contingente.⁹ Num segundo momento, entretanto, os desequilíbrios originados por estas condições são corrigidos pelo que se pode chamar concorrência dos produtores. Isto é, no fechamento do primeiro tempo, cada produtor pode ver, em função do *quantum* de outras mercadorias ou dinheiro que conseguiu obter contra sua produção, quer dizer, em função de sua taxa de remuneração, qual foi o julgamento social sobre sua participação no processo produtivo. A partir daí poderá, então, decidir da conveniência de aumentar sua produção, de implementar suas condições técnicas de trabalho, ou de, no limite, retirar-se de sua atual linha de produção, transferindo-se para outro setor de atividade em que a taxa de remuneração seja maior (Kurewski apud Brus, 1970). Para dizer e explicar o mesmo de maneira mais rigorosa, pode-se atentar para a fórmula da circulação simples de mercadorias. Como se sabe, nesta fórmula, o processo de produção (P) não está incluído. Isto não quer dizer, no entanto, que não haja relação alguma entre produção e circulação numa economia mercante simples. Significa, apenas, que se considera P materialmente independente do processo de circulação. Ou, sendo mais explícito: mesmo supondo que o processo produtivo não depende do circuito de trocas e que este se limita a fazer circular bens de consumo não produtivo, fica ainda uma dependência formal de P em relação ao processo de circulação. E isto na medida em que, a cada rotação do processo de reprodução, cada agente, cada unidade de produção mede ou antes vê medido seu momento produção pelo momento circulação, de modo que, com a interação do ciclo, o momento produção do ciclo posterior é determinado em função do momento circulação do ciclo anterior. De onde que seja precisamente nesta regulação iterada do processo de reprodução pelas trocas que o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das diferentes classes de mercadorias vai sendo continuamente constituído e determinado. E isto em dois sentidos, naturalmente. Primeiro, com o processo contínuo de adequação de cada produtor às condições técnico-sociais de produção da classe de mercadorias com as quais trabalha. Segundo, com o ajustamento igualmente contínuo da estrutura da oferta à estrutura da demanda solvente.¹⁰ Observe-se que, nes-

⁹ Marx (1968, t.3, pt. 2, p. 646) diz: “L’organisme social de production, dont les membres disjoints – disjecta membra – naissent de la division du travail, porte l’empreinte de la spontanéité et du hasard, que l’on considère ou les fonctions mêmes de ces membres ou leurs rapports de proportionnalité. Aussi nos échangistes découvrent-ils que la même division du travail, qui fait d’eux des producteurs privés indépendants, rend la marche de la production sociale, et les rapports qu’elle crée, complètement indépendants de leurs volontés, de sorte que l’indépendance des personnes les unes vis-à-vis des autres trouve son complément obligé en un système de dépendance réciproque imposé par les choses.”

¹⁰ Marx (1969, pt. 1. p. 232 e pt. 2, p. 522) diz: “A quantidade total de tempo de trabalho usado num ramo particular de produção pode ser superior ou inferior à proporção corretamente derivável do total de trabalho social disponível, embora cada parte alíquota do produto contenha somente o tempo necessário a sua produção ou embora (formulando inversamente) cada parte alíquota do tempo de trabalho utilizado seja a necessária para produzir a correspondente parte alíquota do produto total. Deste ponto de vista o tempo de trabalho necessário adquire um outro sentido [e] a questão é de saber que quantidades do tempo de trabalho necessário ele próprio são distribuídas entre as diferentes esferas de produção.”

tas condições, são sempre concebíveis novos desequilíbrios, de modo que o ponto exato no qual se alcança, para cada classe de mercadorias, a uniformidade social das condições técnicas de produção, assim como a alocação exata dos *quanta* de trabalho social disponível, é um limite perpetuamente perseguido e negado. E tanto mais assim, naturalmente, quanto mais são evidentes a abertura constitutiva do mercado e as alterações constantes na produtividade do trabalho.¹¹ Por isto Marx (1963, p.38) diz:

“(. . .) se se aceita que o valor dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho, deve-se aceitar igualmente o movimento oscilatório que, unicamente, faz do trabalho a medida do valor”.

Quer dizer: é somente em função deste movimento que se opera a socialização e abstração do trabalho (ter chamado insistentemente a atenção para isto é um dos méritos de Emmanuel) e a gênese real do valor de que fala Giannotti. E nisto está a resposta à questão colocada acima sobre as condições e circunstâncias em que o equivalente expressa o valor: **ele só o faz nos pontos médios e, por assim dizer, sempre no limite deste movimento constante.**

Voltando agora à discussão inicial sobre os problemas lógicos implicados na teoria do valor, o primeiro a dizer é que, como quer Giannotti (1968, p. 72), há uma gênese categorial real, um processo de constituição efetiva do valor enquanto abstração real. Mas deve-se dizer também, e contra sua pretensão, que a igualdade precede a identidade, posto que, como acaba de ser visto, os *quanta* de trabalho socialmente necessário que definem, para cada classe de mercadorias, o valor só existem como resultantes das igualizações iteradas no curso das trocas reais.¹² Ou, como diz exemplarmente o próprio Marx:

“Na atividade produtiva, o trabalho do indivíduo lhe serve de dinheiro para comprar diretamente o produto, o objeto de sua atividade particular, mas é um dinheiro particular que compra unicamente este produto determinado. Para que ele fosse diretamente dinheiro geral, seria necessário que ele fosse trabalho geral e não particular ou, dizendo de outra maneira, ele deveria ser desde o início um elemento da produção geral. **Mas então não seria mais a troca que lhe daria um caráter geral;** seria seu caráter comunitário que determinaria diretamente sua participação na produção. **Desde o início seria o caráter comunitário da produção que**

¹¹ Discutindo a questão dos *bons horaires*, Marx (1968, t. 1, p. 73) diz a este respeito: “Cette constante dépréciation des marchandises par rapport aux bons horaires en longues périodes découle de la loi de la productivité croissante du temps de travail et de ce que la valeur relative, liée au principe même de ce bons, à savoir, le temps de travail, est perpétuellement remise en cause”.

¹² Ver ainda uma vez o texto de Marx (1963, p. 298) citado à nota 3, especialmente o final.

tornaria o produto geral e coletivo. **Mas sobre a base dos valores de troca, a troca deve inicialmente tornar o trabalho geral**". (Marx, 1968, t. 1, p. 109).¹³ (Grifos nosso).

Note-se que neste ponto se marca a diferença essencial entre os modos da produção mercantes e os comunitários, lugar estratégico em que se decide a necessidade de uma contabilidade social indireta, apoiada no cálculo monetário, para os primeiros e a possibilidade de um autêntico cálculo econômico para os segundos.¹⁴ Desconhecer esta diferença essencial foi o erro dos proudhonianos, dos adeptos dos bônus de trabalho e de todos aqueles que, substantivando o valor — depois de terem hipostasiado o trabalho social geral —, negligenciaram as exigências da forma do valor. Num certo sentido, pode-se dizer que a tese de Giannotti marca como que a expressão filosófica deste erro, pois, preocupado em estabelecer a realidade substancial do universal valor, desatende aos requisitos da forma do valor e deixa escapar o mecanismo efetivo de constituição do tempo de trabalho socialmente necessário.

Isto não quer dizer, evidentemente, que as análises, as demais análises alternativas, sejam por sua vez perfeitas. O mérito dos althusserianos (de Rancière e Bettelheim) é terem sido sensíveis à problematidade da forma do valor, o terem reconhecido que o valor, embora regule as trocas, não está em nenhum lugar (Bettelheim, 1970, p. 39). Sua falta está em não terem tematizado as modalidades desta ausência e presença. Bettelheim explica a contradição da equação de troca pelo caráter contraditório do trabalho responsável pela produção de mercadorias. Em seguida, explica a natureza contraditória deste trabalho explicitando a natureza íntima das relações mercantes (Bettelheim, 1970, esp. p. 40-1). Quando diz, no entanto, que no quadro destas últimas o trabalho deve ser simultaneamente privado e social¹⁵ deixa uma ambigüidade terrível na análise, pois se se interpreta o "deve" como implicando uma necessidade moral, o menos que se deve dizer é que não de deve tomá-la ao pé da letra; se, ao contrário, se o compreende como implicando uma necessidade

¹³ Veja-se também o seguinte texto de Smith (1970, v. 1, cap. 5, p. 134): "But though labour be the real measure of the exchangeable value of all commodities, it is not that by which their value is commonly estimated. It is often difficult to ascertain the proportion between two different quantities of labour. In exchanging, indeed, the different productions of different sorts of labour for one another some allowance is commonly for both. **It is adjusted, however, not by any accurate measure, by the higgling and bargaining of the market, according to that sort of rough equality which, though not exact, is sufficient for carrying on the business of the common life.**"

¹⁴ Marx (1963, cap. I, pt. 4, p. 617) diz: "Cette valeur d'échange n'étant pas autre chose qu'une manière particulière de compter le travail employé dans la production d'un objet...". Ver ainda para esta distinção o livro citado de Bettelheim (1970).

¹⁵ "Pour les propriétaires participant aux échanges leurs produits sont des non-valeurs d'usage, des valeurs d'échange, si bien que le **travail concret** qui a fourni ces valeurs d'usage doit être **en même temps** travail abstrait, travail qui produit des marchandises." (Bettelheim, 1970, p. 42).

real, a conseqüência é que se deve pura e simplesmente rejeitá-lo. De resto, o texto de Bettelheim parece confundir o real com o imaginário, posto que o fato que o produtor pense seu produto como um valor de troca e assim pondere, especulativamente, sua sociabilidade possível, de modo nenhum garante, absolutamente em nada garante, a possibilidade de sua socialização real. Ao mercado interessa pouco a subjetividade dos agentes.

Rancière, que é quem vai mais longe na tentativa de elucidar a dificuldade da forma do valor, chega a dizer que a causa da equação é a identidade de trabalho abstrato e concreto enquanto causa ausente.¹⁶ Também aqui a expressão é extraordinariamente obscura. Em vez de dizer que a condição de possibilidade da equação é a identidade de trabalho abstrato e concreto **enquanto ela é também uma não-identidade**, Rancière, confundindo os níveis de análise, transfere a contradição material do elemento que funciona como causa para estrutura formal da relação de causalidade ela mesma. A confusão perde em importância quando se vê que a ausência formal da causa só pode ser, materialmente, a ausência da identidade. Quer dizer: se a causa é a identidade dos dois trabalhos e se é causa enquanto ausente, pode-se cruzar os dois níveis de determinação e dizer que a identidade dos dois trabalhos é causa enquanto é também não-identidade. Mas a formulação não poderia ser mais abstrusa. Seja como for, ou bem se cruzam os níveis e neste caso pode-se descobrir um sentido para a formulação, ou bem se mantém a pureza lógica, vale dizer, sustenta-se que a causa é ausente em sua formalidade e, neste caso, a fórmula de Rancière não tem sentido algum.¹⁷ Em segundo lugar, deve-se ver que esta colocação, na medida em que encobre uma recusa de pensar o sentido e o modo de identidade dos dois trabalhos, pouco mais faz do que deslocar a discussão do nível da circulação para o da produção, sem aperceber-se de que é precisamente na articulação destes dois níveis que pode decidir-se a elucidação real do problema.

¹⁶ "Ici dans l'équation, ou, ce qui revient au même, dans la contradiction : x marchandises A = y marchandises B, la cause n'est pas dans l'équation." (Rancière, 1967, p. 132.); "Cette cause absente ce n'est pas le travail comme sujet, c'est l'identité du travail abstrait et du travail concret en tant que sa généralisation exprime la structure d'un certain mode de production : le mode de production capitaliste." (Rancière, 1967, p. 133.)

¹⁷ De resto, ainda que implicitamente e em meio a inconseqüências graves, Rancière o reconhece. É assim que em sua crítica de Althusser (e autocrítica, bem entendido), ao dizer que (...) a estrutura não se esconde porque, à maneira da natureza heracliteana goste de esconder-se, mas sim porque assim dissimula seu caráter contraditório" (Rancière, 1970, p. 326) e, ao juntar que esta contradição é uma contradição de classe, ele faz da redução errônea e indevida, das contradições do capitalismo às contradições de classe, a alavanca da muito necessária e pertinente crítica ao caráter místico do estruturalismo althusseriano. Melhor do que recusar, sem mais, a tese de uma opacidade estrutural geral teria sido, no entanto, mostrar como na forma mistificadora da tese althusseriana de um nível geral de opacidade ideológica escondia-se um primeiro nível de contradições também próprio do modo de produção capitalista, o das contradições mercantes em sentido estrito. É por não ter compreendido que, no capitalismo, às estruturas que lhe são específicas superpõem-se as mercantes que Rancière, negando a existência de dois níveis de opacidade ideológica e assim faltando à re-

Na verdade, é somente quando se compreende a natureza e a modalidade desta identidade de trabalho abstrato e concreto que se compreende a natureza da forma do valor; recíproca e inversamente é tão-só quando se compreende efetivamente a estrutura e a função da forma do valor que se pode compreender o sentido e o modo da identidade entre trabalho abstrato e concreto. O que, falando materialmente, implica dizer que, dada a separação e autonomia dos processos de trabalho, só há, imediatamente, trabalhos concretos, de modo que o trabalho social geral só pode resultar das trocas entre mercadorias que, segundo o mecanismo já exposto, generalizam o trabalho. Isto quer dizer que a forma do valor existindo, porque não há identidade entre trabalho abstrato e concreto, é precisamente o instrumento de realização desta identidade ausente. Não se presume, entretanto, que esta realização da até então inexistente identidade suprime-lhe, de uma vez por todas, a ausência. Ao contrário, a forma valor vive da reposição contínua desta não-identidade e só tem sentido enquanto instrumento continuamente, vale dizer, infinitamente, operante de sua destruição.

É evidente que esta estrutura complexa pode e deve ser resumida numa meta-conceptualização não tradicional — sobretudo não aristotélica como a seguida nos textos do primeiro capítulo de *O Capital* — que pode ser tanto o conceito derridiano de “différance” (certamente com mais propriedade) quanto o jogo hegeliano da negação, ou seja, da identidade e da não-identidade. Na primeira hipótese, ter-se-ia que dizer que, no funcionamento da forma do valor, o valor é permanentemente **diferido** pelo mecanismo que o religa àquela, vale dizer pela “différance” inelidível que dá existência e sentido a ambos. Na metalinguagem hegeliana, pode-se simplesmente dizer, como o faz Marx, que:

“O valor de mercado é sempre diferente deste valor médio das mercadorias: ele está sempre ora acima ora abaixo. **O valor de mercado revém ao valor real através de suas perpétuas oscilações e não através de uma equivalência a um terceiro: ele é constatemente inigual a si próprio** (não é

lação estrutural que torna a forma do valor necessária (a separação e autonomia das unidades de produção), fecha o caminho para uma reinterpretação mais positiva de seus próprios textos sobre a causalidade estrutural. Além disso, com obstinação e consequência em sua série de erros, Rancière recusa a elucidação do fetichismo desde a forma do valor. Numa nota em que remete a seu texto de *Lire le Capital*, Rancière (1970) diz “En efecto, no alcanza con decir del fetichismo que constituye la manifestación/disimulación de las relaciones de producción; lo que disimula de manera específica es el carácter antagonico de las relaciones de producción.” É verdade que a palavra específica relativiza um pouco a afirmação. Seja como for, no entanto, não há dúvida de que neste particular Bettelheim é muito mais consequente. Ao fazer da dupla separação — 1) das unidades de produção entre si e 2) dos trabalhadores imediatos dos meios de produção (Bettelheim, 1970, p. 71) — a figura central do modo de produção capitalista e ao atribuir à primeira feitos ideológicos específicos, Bettelheim penetra muito profundamente no cerne do que são efetivamente as relações de produção no MPC. E consequentemente, claro, habilita-se para compreender-lhe mais adequadamente os efeitos ideológicos (Bettelheim, 1970, p. 80-1).

uma identidade abstrata como diz Hegel, mas uma perpétua negação da negação, quer dizer que ela nega-se a si própria negando o valor real” (Marx, 1968, t. 1, p. 71). (Grifos nossos).

Poder-se-ia pensar ainda na esquizofrenia do capitalismo tal como a entende Deleuze (em textos como o seguinte, por exemplo: “A esquizofrenia não é, portanto, a identidade do capitalismo, mas sua diferença, seu afastamento, sua morte.” (Deleuze, 1972, p. 292) e dizer que a estrutura valor é esquizofrênica na medida em que a identidade de trabalho abstrato e concreto por ela suposta, e para cuja realização ela vive, só existe e é eficaz ao ser constatemente rejeitada, deslocada e, “(...) na medida em que este funcionamento comporta sempre uma duração, diferida” (Wahl, s.d., p. 148).

Mais importante do que se alongar nesta tentativa de metaconceitualização, do que tentar esta via sintética — na qual se trata, em última análise, de economizar a paciência de uma análise difícil — é, no entanto, voltar à análise da forma do valor, de modo a penetrar-lhe na infra-estrutura lógica. Antes disso, no entanto, duas palavras sobre a posição de Emmanuel. A contribuição essencial de suas análises — segundo o interesse da discussão presente, é óbvio — resume-se no terem explicitado e sublinhado, com precisão e concisão admiráveis, a dependência da teoria do valor em relação aos mecanismos que dão efetividade à lei do valor. Dizendo de outra maneira, sublinhando os pressupostos lógico-institucionais da lei do valor (1º) divisão do trabalho em forma atômica; 2º) a vinculação da partilha do produto social à participação de cada agente no processo de reprodução social em função do direito à remuneração que, suposto o direito de propriedade dos produtores sobre o resultado do seu trabalho, cada proprietário pode obter pela alienação de seu produto; 3º) a troca como forma de interdependência dos trabalhos sociais discretos; 4º) a possibilidade de transferência dos produtores de um ramo de produção a outro) e, notadamente, marcando a dependência de seu termo-chave — o tempo de trabalho socialmente necessário — em relação aos itens 2º e 3º, Emmanuel demonstra a insustentabilidade da posição substancialista (e, ao nível lógico, como a caracterizamos, aristotelizante) e a inseparabilidade da teoria do valor de uma teoria do equilíbrio/desequilíbrio dos preços. Ao fazê-lo, Emmanuel torna evidente a necessidade de pensar esta problemática toda no quadro de uma teorização menos tradicional.¹⁸ Deste ponto de vista, aliás, as observações anteriores apenas procuraram ex-

¹⁸ Esta vantagem dos textos de Emmanuel toma-se muito evidente quando se os compara com outros situados aparentemente no mesmo nível e tratando, *grosso modo*, do mesmo assunto. Assim se se compara, por exemplo, a análise de Godelier sobre “o papel da oferta e da procura na teoria marxista do valor e dos preços” com os textos correlatos de Emmanuel, fica muito clara a indecisão teórica da primeira. De uma parte, com efeito, Godelier (s.d., p. 81) distinguindo o processo de formação dos preços do processo de formação do valor e, de outra, afirmando — sem elucidar-lhe a natureza e limitando-se a nomeá-la (realização) — a ligação subsistente entre preço e valor, fica sempre, num momento como no outro, aquém de uma análise rigorosa do estatuto do valor e das implicações teóricas compreendidas no “tem-

trair de suas análises as conseqüências teóricas aí virtualmente contidas. Na medida, porém, em que Emmanuel, extrapolando de sua análise do mecanismo de funcionamento da lei do valor, define-lhe o estatuto ontológico em termos puramente relacionais e reduz o termo-chave — valor — a uma simples tensão entre direitos, deve-se dizer que ocorre uma negligência em relação à forma do valor e um conseqüente desvio na determinação do estatuto deste termo. Para precisar este ponto, é necessário, como se verá, retornar à análise do mecanismo de funcionamento da lei do valor para ver que tipo de estrutura lógica está, em última análise, nele implicada.

Os desenvolvimentos precedentes mostraram como o funcionamento da lei do valor é indissociável do movimento de concorrência entre os produtores ou, se se quiser e para ver as coisas de modo mais objetivo, da “perequação” das remunerações. Em o fazendo, mostraram também que o jogo lógico que sustenta a lei implica uma relação circular na qual o termo universal que funciona como regulador das equações de troca só se constitui enquanto resultante da iteração do ciclo produtivo do qual fazem parte as tantas trocas reais — correspondentes às tantas rotações do processo de reprodução — que, ainda que operadoras de sua determinação, são por ele reguladas. Isto se deve, como se disse abundantemente, ao fato de que, no quadro da produção mercante, a abstração do trabalho só pode realizar-se *ex-post*.

O que falta ainda mostrar é como esta estrutura e este mecanismo põem em jogo e definem o estatuto ontológico do valor, conferindo-lhe uma forma de objetividade especial (que é, de resto, própria de todos os objetos sociais) que cumpre precisamente elucidar. Neste sentido, o primeiro ponto a firmar é que tais objetos, e igualmente o valor, não podem ser compreendidos fora da rede de relações que — conquanto de outro ponto de vista deles dependentes — os constituem e sustentam. Não há nisto, bem entendido, qualquer novidade, posto que a teoria marxista do fetichismo tem por objeto, justamente, mostrar como em circunstâncias determinadas reificam-se relações sociais e socializam-se termos materiais. O que a teoria marxista tradicional não fez, no entanto, foi penetrar na infra-estrutura lógica do processo de fetichização, deixando assim pela metade a análise do estatuto lógico dos objetos sociais. É exatamente a continuação desta análise que se pode derivar da teoria sartreana do prático-inerte e, notadamente, da noção sartreana de serialidade. Para perceber, no entanto, como, a partir de tais elementos, se aprofunda e se radicaliza a análise marxista, é preciso voltar ainda ao exame da forma do valor e ver como a estruturação deste complexo teórico, articulando-se pelo entrecruzamento de duas séries, remete **diretamente** às análises sartreanas.

po de trabalho socialmente necessário”, expressão que o define. A superioridade da colocação de Emmanuel está em ter compreendido que, uma vez dada a produção mercante e, em conseqüência, a indeterminabilidade *ex-ante* do valor, a formação dos preços, isto é, a dinâmica da realização do valor, coincide necessariamente, no período longo, **com o processo de formação do valor**, isto é, de determinação do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada classe de mercadorias presente no campo social.

Isto se toma muito claro quando se atenta para a estrutura formal do processo de socialização real no qual se dá a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário. Este processo, já se viu, implica o atendimento a uma dupla ordem de necessidades sociais: de uma parte, e a propósito da produção de uma dada classe de mercadorias, o atendimento à necessidade de homogeneização das condições técnico-sociais da produção; de outra, a propósito da produção social no seu conjunto, o atendimento à necessidade de estruturá-la de modo a satisfazer a demanda efetiva. O mecanismo pelo qual se processa a busca contínua de satisfação desta dupla necessidade é, a considerar-se sua forma mais imediata, a variação dos preços no mercado. Esta variação de preços é, portanto, o ponto onde se entrecruzam e superpõem os dois eixos de determinação do tempo de trabalho socialmente necessário. Num primeiro nível e em prazo mais curto, os preços variam em busca de seu ponto de equilíbrio específico, isto é, em busca da homogeneização das condições técnico-sociais de produção e em função do ponto de equilíbrio na remuneração dos produtores de cada classe dada de mercadorias. Num segundo nível, e a mais longo prazo, os preços variam em busca de uma alocação correta do tempo de trabalho socialmente disponível e em função do ponto de equilíbrio da remuneração intersetorial. No primeiro nível, varia o valor individual das mercadorias; no segundo, o valor social de cada classe delas. Estas duas ordens de variação realmente se superpõem, e sua diferença não é imediatamente visível. Seja como for, do ponto de vista lógico, pode-se dizer que o preço de uma dada mercadoria expressa sua relação com as demais de sua classe e também, pelo menos mediatamente, com as das demais classes co-presentes no campo econômico. Marx (1963, p. 319) diz com efeito:

“Todas as mercadorias medem seu valor de troca em ouro (. . .) **É preciso distinguir aí um aspecto qualitativo e um aspecto quantitativo (. . .)** De um lado aparece o caráter geral do tempo de trabalho que ela contém, de outro a quantidade deste tempo expressa em seu equivalente em ouro. **O valor de troca das mercadorias assim expresso como equivalência geral e ao mesmo tempo como grau desta equivalência** em uma mercadoria específica, ou em uma só equação das mercadorias com uma mercadoria específica, é o preço”.

Aparentemente não está presente série nenhuma nesta dupla articulação da forma preço. Talvez se pudesse mesmo dizer que a análise marxista se desdobra para suprimir o conceito de série que, por um momento, aí aflora. É assim que, se o segundo ponto da análise da forma do valor (o primeiro consiste em mostrar que o valor de uma mercadoria determinada só pode determinar-se, relativamente, no valor de uso de uma outra mercadoria que lhe seja posta como equivalente) implica demonstrar que o valor de troca de uma mercadoria qualquer só pode expressar-se na série de equivalentes e equivalências com que, unicamente, pode-se tornar efetiva sua socialização, o terceiro se resume, finalmente, em dissolver as dificuldades próprias à forma desdobrada do valor, Marx (1963, p. 291) assinala dois defeitos na forma extensiva ou desdobrada do valor: a) a expressão relativa do valor é inacabada e infinita porque a série dos equivalentes é aberta; b) a generalização da fórmula im-

plica a infinitização das séries que serão tantas quantas as mercadorias presentes no campo social, (Marx, 1963, p. 595-6), erigindo uma mercadoria determinada em equivalente geral, isto é, fazendo com que todas as mercadorias expressem seu valor relativo num mesmo equivalente, de modo que cada uma, ao medir-se com o equivalente, se mede com todas as demais.¹⁹

Um exame mais atento dos textos e da coisa mesma permite ver, no entanto, que a passagem à forma geral do valor, na verdade, não elimina, mas apenas refrata os defeitos atribuídos à forma do valor desdobrada. Isto porque, sendo a forma do valor do dinheiro a forma extensiva,²⁰ segue-se que sua medida padece da indeterminação inerente a esta última e que, nesta medida, esta se transfere para a determinação do valor de cada mercadoria no dinheiro, isto é, para seu preço. Poder-se-ia pensar, claro, que a natureza polar da equação de troca elidiria a dificuldade, porquanto o importante na mercadoria funcionando como equivalente é seu valor de uso e não seu valor de troca. É evidente que nestas condições a indeterminação do valor de troca da mercadoria dinheiro seria completamente irrelevante na determinação do valor de troca das demais mercadorias. Marx diz mesmo explicitamente que:

“Na medida em que o preço aparece como matéria na qual se exprime e se mede o preço de todas as mercadorias, o dinheiro é ele próprio uma quantidade determinada de ouro, de prata, em resumo, de sua substância natural; ele é então uma simples quantidade de uma matéria determinada que não é nem valor de troca nem relação. Assim, portanto, a mercadoria servindo de preço a uma outra **não é posta como valor de troca, mas como simples quantidade dela mesmo**” (Marx, 1968, t. 1, p. 147 e 149).

Não obstante, se for efetivamente assim, a igualização ao dinheiro não terá a generalidade que lhe constitui precisamente a especificidade de equivalente. Isto porque

“(. . .) é somente enquanto resultado da metamorfose de todas as mercadorias nela que a mercadoria dinheiro torna-se de maneira imediata, materialização do tempo de trabalho geral, quer dizer produto da alienação universal, abolição dos trabalhos individuais” (Marx, 1963, p. 300).

De onde, bem entendido, que o valor de uso específico do dinheiro não seja o valor de uso da mercadoria funcionando como dinheiro e sim sua faculdade de ser “porta-

¹⁹ “(. . .) la grandeur de valeur de la marchandise est représentée d’une manière exhaustive, car dans le rapport ou les marchandises sont posées comme égales à l’or elles le sont aussi les unes aux autres”. (Marx, 1963, p. 319).

²⁰ “La forme développée de la valeur, ou forme II, nous apparaît ainsi maintenant comme la forme spécifique dans laquelle l’équivalent général exprime sa propre valeur”. (Marx, 1963, p. 601.)

dor do valor de troca, meio de troca universal”.²¹ Dizendo de outra maneira: o valor de uso específico do dinheiro, aquilo que o faz mercadoria geral é sua trocabilidade ou liquidez. Ora, na medida em que esta liquidez depende “da ação das demais mercadorias sobre o dinheiro”, segue-se que o cumprimento da função que especificamente lhe compete — assegurar a alienação universal das mercadorias e, indiretamente, assim, a socialização dos trabalhos privados — coincide com o processo de constituição de sua generalidade, o qual, por sua vez, e circularmente, é o pressuposto do cumprimento desta função. Esta estrutura circular apenas confirma a impossibilidade de uma socialização do trabalho *ex-ante* — no interior de uma estrutura mercante, bem entendido — e evidencia os limites do fetichismo como forma de resolver as contradições que são àquela inerentes. Quer dizer, o dinheiro que aparece para resolver a contradição entre trabalho concreto e abstrato²² e, representando o trabalho social geral, avalizar (promissoriamente) o processo efetivo de socialização dos trabalhos privados, cumpre esta função precariamente — na medida exata em

²¹ “Lorsque les marchandises, pour devenir des valeur d’échange les unes vis-à-vis des autres, acquièrent ainsi une double existence, la marchandise exclue en tant qu’équivalent général se présente doublement comme valeur d’usage. Outre sa valeur d’usage particulière comme marchandise particulière, elle acquiert une valeur d’usage générale; celle-ci est elle-même une détermination formelle; elle dérive en effet du rôle spécifique que la marchandise joue dans le procès d’échange en raison de l’action universelle que les autres marchandises exercent sur elle. Objet d’un besoin particulier, la valeur d’usage de chaque marchandise possède une valeur différente dans des mains différents; elle a, par exemple, une autre valeur entre les mains de celui qui l’aliène qu’entre les mains de celui qui se l’approprie. La marchandise exclue comme équivalent général est maintenant l’objet d’un besoin général issu du procès d’échange lui-même. Elle a pour chacun la même utilité d’être porteur de la valeur d’échange, moyen d’échange universel. Ainsi se résoud, dans cette marchandise, la contradiction qui renferme la marchandise, comme telle: d’être comme valeur d’usage particulière en même temps équivalent général et par conséquent valeur d’usage pour chacun, utilité générale” (Marx, 1963, p. 300.)

²² “Le temps de travail déterminé se matérialise en une marchandise particulière et déterminée, ayant telles propriétés et tels rapports particulières avec les besoins; mais, en tant que valeur d’échange, il doit être matérialisé dans une marchandise indifférente, a ses propriétés naturelles et n’exprimant que sa quotité ou quantité; autrement dit, elle doit être susceptible de se métamorphoser ou de s’échanger avec n’importe quelle autre marchandise contenant un temps de travail équivalent. C’est l’objet lui-même qui doit avoir ce caractère général en opposition à sa particularité naturelle. On ne peut résoudre cette contradiction qu’en lui donnant la forme d’un objet, c’est-à-dire en posant la marchandise à la fois dans sa forme naturelle et immédiate, et dans sa forme médiante d’argent; autrement dit, en faisant, d’une marchandise particulière la substance générale de la valeur d’échange, ou en identifiant la valeur d’échange des marchandises à une substance particulière, marchandise particulière différente de toutes les autres. “En d’autres termes, il faut commencer par échanger la marchandise contre cette marchandise générale, produit symbolique universel ou objectivation du temps de travail, pour échanger ensuite celle-ci, comme valeur d’échange, contre toutes les autres marchandises, pour la métamorphoser en elles. L’argent c’est le temps de travail sous forme d’objet universel ou l’objectivation du temps de travail général; c’est le temps de travail sous forme de de marchandise universelle” (Marx, 1968, t.1, p. 106.)

que a socialização não pode preceder-se a si própria senão relativamente. Sendo assim, é claro que a realização do valor, o “salto perigoso” em que se mede a participação de seu produtor no processo de reprodução social, mesmo se efetuada, não lhe garante, por si só, a definição exata de sua participação. Isto porque o valor real da quantia de dinheiro obtida com a venda depende dos demais momentos do processo de circulação, “da ação das demais mercadorias sobre o dinheiro”, de modo que “seu poder de compra real é o resultado de uma recorrência infinita.” (Sartre, 1960, p. 337). Isto se torna evidente em período de inflação galopante, onde a desvalorização intensa da moeda, refletindo a desconfiança recíproca universal, a potencialização do processo de atomização das moléculas sociais, evidencia a deterioração da sociabilidade e, pelo mesmo movimento, a natureza essencialmente social do dinheiro. Seja como for, do ponto de vista da análise presente, o que importa acentuar é: 1º) que no dinheiro se abole a separação radical entre valor de uso e valor de troca, posto que seu valor de uso específico — o ser meio, instrumento universal de troca — é função de seu valor de troca, isto é, do índice geral de preços que é a forma contraída de seu equivalente (e isto porque é óbvio que se deteriorando o valor de troca da moeda se deteriora automaticamente seu valor de uso específico, o ser meio, instrumento universal de troca); e 2º) que, nestas condições, a separação radical entre o valor de uso e o valor de troca do dinheiro — que o texto da página 300 dos **Fondements** parecia consagrar — não resiste a uma análise sistemática, de modo que, como se disse antes, a indeterminação do valor de troca do dinheiro (efeito de sua forma de equivalência) se reflete em seu valor de uso e, a partir deste, se espalha por todas as definições de valor. De resto, considerando que cada mercadoria, ao comparar-se com o equivalente, está a comparar-se com todas as outras, que sua definição exaustiva depende, portanto, da “totalidade” desta comparação indireta e, de outra parte, considerando ainda que o universo das mercadorias “(. . .) não está nunca definitivamente fechado, mas alarga-se constantemente” (Marx, 1963, p. 291), percebe-se logo que não poderia mesmo ser de outro modo.

Voltando à questão da serialidade, o que se deve então acrescentar é que, se a determinação do valor de troca das mercadorias — na medida em que se considera a estrutura formal de sua dimensão qualitativa — não escapa à formalização em termos seriais, isto se deve a que os trabalhos que distributivamente os definem e os indivíduos ou unidades de produção que os perfazem se relacionam, eles, serialmente. O que, de maneira muito geral, significa que, na ausência de uma divisão comunitária do trabalho, a participação de cada produtor no processo de reprodução social, vale dizer, a socialização do trabalho e a fixação do tempo de trabalho socialmente necessário, definidor do valor de cada classe de mercadorias, só pode fazer-se, formalmente, na comparação^{2 3} multicentrada, recorrente e infinita do trabalho de cada um com o dos demais, operada indiretamente na comparação das mercadorias.

^{2 3} “C’est la comparaison au lieu de la communauté et de l’universalité véritables.” (Marx, 1968, t.1, p. 98.)

Antes de precisar, no entanto, o significado e as implicações teóricas precisas desta organização serial que se anuncia já no esquema formal da dimensão qualitativa da forma do valor, convém examinar também o que Marx chama sua dimensão quantitativa. Ao fazê-lo, ver-se-á que também aqui a infra-estrutura lógica se sustenta em termos seriais de modo que — dada a interdependência essencial das duas dimensões que, por necessidade de análise, se está a distinguir — será possível mostrar então como o mecanismo geral de funcionamento da lei do valor é sustentado serialmente. Além disso, ver-se-á também como o problema do estatuto ontológico do valor se resolve com a explicitação adequada disto que, segundo Sartre, pode-se chamar “uma lógica de alteridade”.

Chamamos dimensão quantitativa da forma do valor — seguindo a distinção feita no texto de Marx (1963, p. 319)²⁴ — o grau de equivalência de uma mercadoria determinada com seu equivalente. Supondo-se a monetização da economia, este grau chama-se, como se sabe, preço. À primeira vista, não há nestas definições nenhum vestígio de serialidade, a pretensão a descobri-la, parecendo, portanto, pelo menos estranha. Na medida, porém, em que se recorda e se precisa que esta distinção nominal entre valor e preço provém de sua diferença real, a situação muda consideravelmente de figura. Esta diferença real — que mais não é do que a diferença interna do valor consigo próprio — provém, em última análise, da separação entre os produtores que, tornando forçoso o aparecimento da forma do valor, a necessidade do equivalente provocam, pelo mesmo motivo e com igual necessidade, a contingência e a instabilidade das aferições do valor social das mercadorias. Considerando, porém, que esta contingência, como diz Marx (1963, p. 640), longe de ser um defeito, constitui a beleza da forma preço e o modo específico de manifestação da necessidade “num sistema de produção em que a regra só faz lei pelo jogo cego das irregularidades” (Marx, 1963, p. 640), é necessário concluir que “(...) o preço das mercadorias está constantemente acima ou abaixo do valor mercante e [que] este resulta dos altos e baixos do preço das mercadorias” (Marx, 1968, t. 1, p. 72). Ora, é evidente que nestas condições cada uma das variações de preço é uma tentativa de fixação do grau de equivalência de uma dada mercadoria com o equivalente geral, espelho de seu valor, e é evidente também que a determinação efetiva desta equivalência não se reduz a nenhuma destas medidas particulares, surgindo, ao contrário, como o ponto médio destas variações, limite perpetuamente evanescente deste movimento contínuo de igualização. De onde se conclui que a medida objetiva do grau de equivalência de uma mercadoria determinada com o equivalente geral é a quase-objetividade resultante da série de igualizações que a referem diferenciada e recorrentemente a este último.

Voltando à questão da infra-estrutura lógica da forma do valor, pode-se precisar agora que, na medida em que o processo de socialização e a abstração real do

²⁴ Citação transcrita na p. 23 do presente trabalho.

trabalho (suposta a estrutura mercante, bem entendido) dependem da fixação das razões de troca internas à multiplicidade de mercadorias presentes no campo social, segue-se, necessariamente, a dependência de sua efetividade do entrecruzamento de duas séries infinitas: 1) a das equações, que referindo cada classe de mercadorias — implícitas na comparação de cada uma delas com o equivalente geral — ao conjunto aberto (Marx, 1963, p. 291) das demais, determina relativamente o sentido de cada uma destas igualdades; e 2) a dos ajustes constantes na determinação da razão de troca entre cada uma destas classes de mercadorias e o equivalente geral, isto é, o movimento infinito de variação dos preços. É claro que estas duas séries — que, se se quiser, estão entre si como a horizontal para a vertical, o estático para o dinâmico ou o extensivo para o intensivo — se entrecruzam e dissolvem a aparência de sua autonomia respectiva. E isto, claro, porque o preço médio de cada mercadoria — que, supõe-se, lhe expressa o valor, só tem sentido se referido à série aberta dos demais preços médios — que, como que lateralmente, na série infinita recorrente e indireta de suas comparações recíprocas, lhe determina o “sentido”, a precisão disto que Ricardo chamava, a despeito da reserva de Marx²⁵, com profundidade insuperável, seu valor **relativo**. Inversamente, a verdade desta comparação lateral é o movimento intensivo no qual ocorre e acontece a busca constante de cada preço médio, da fixação da razão de troca — adequada entre cada classe de mercadorias e o equivalente geral real. Que sem este “segundo” movimento a primeira ordem de igualizações não seria possível e que, inversamente, sem aquela, cada realização desta não teria nenhum sentido é algo que se percebe imediatamente.

Resta ainda mostrar que esta configuração duplamente serial da forma do valor é o reflexo e a manifestação como que de superfície de uma estrutura mais profunda. De resto, se a forma do valor ela própria é determinada por um modo específico de organizar-se a produção, segue-se, naturalmente, que também assim deve ser com suas propriedades. Considerando, pois, que a forma do valor deriva da separação e da autonomia dos produtores, a questão resolve-se em precisar o que, nesta forma de articulação dos produtores, força o aparecimento dos traços seriais na forma econômica que dela se deriva.

A forma do valor emerge, como se viu, da impossibilidade de uma socialização *ex-ante* da produção social, do fato de que, nas condições descritas, o processo de aferição da participação de cada unidade de produção no processo de reprodução social só pode fazer-se mediante a **comparação** dos produtos. Os traços seriais desta forma, isto é, a infinidade extensiva (posto que a forma do valor desdobrada é a expressão mais verdadeira da dimensão qualitativa da forma do valor) e intensiva (posto que a determinação do “valor relativo” de cada mercadoria é inseparável do movimento contínuo de variação dos preços) desta forma derivam, por sua vez, da posição serial em que se encontram os próprios produtores. Isto é, derivam da dinâmi-

²⁵ Ver os textos sobre a análise ricardiana do valor nas “Teorias sobre a mais-valia”.

ca de alteridade que informa a sistemática das comparações, prescrevendo-lhe com isto um tipo de racionalidade especial e própria.

Sabendo-se que as duas dimensões da comparação, cuja estrutura formal é a dupla serialidade que se está a considerar, têm seu operador efetivo numa dupla ordem concorrencial, pode-se já avançar que a alteridade é um modo de inter-relacionamento das unidades concorrentes. O que significa que o antagonismo que as opções não assume a forma de um sistema de negações direto e recíproco, senão que seus conflitos se processam como que lateralmente, em função do índice de preços e dos diferenciais nas taxas de remuneração. Isto quer dizer que a estrutura serial da dupla ordem de comparações em que se define a forma do valor resulta da posição — em dois níveis — concorrencial dos produtores entre si. Assim, pode-se dizer, numa primeira aproximação, que a variação intensiva dos preços (desde que se a isole, para efeitos de análise), na qual se opera internamente a homogeneização das condições de oferta de uma classe dada de mercadorias, reflete e resulta da situação concorrencial em que estão os produtores desta classe de mercadorias. O que significa que o movimento de homogeneização vem a cada um desde os outros e aos outros desde cada um, na medida em que a concorrência faz de cada um e de todos, outros que si próprios. Dizendo materialmente: trata-se de que melhorar as condições de oferta para um agente determinado significa sempre, **seja antecipar-se aos demais, seja segui-los**,²⁶ de tal modo que a ação de cada um só se compreende em relações às alheias e que o ponto de equilíbrio ao qual todas elas tendem é apenas a extrapolação real, a passagem ao infinito de uma recorrência constante. É claro que, nestas condições, o ponto de equilíbrio — que expressa o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma dada classe de mercadorias — não se constitui a partir da livre e consciente intervenção de cada um, mas resulta da **transitividade** de cada intervenção (Sartre, 1960, p. 697), isto é, do fato de que cada uma delas determina alhures as demais e é, também sempre alhures, por estas determinada. O essencial neste mecanismo, pode-se logo ver, é a **formação de uma resultante comum a partir de uma prática dispersa**. É claro que, deste ponto de vista, a ponderação do que foi chamado acima a variação extensiva dos preços não força qualquer alteração nos termos da análise. Apenas obriga a reconhecer que os pontos de equilíbrio, dependendo também de uma concorrência intersetorial, têm em sua infra-estrutura lógica a superposição de dois movimentos seriais: o que organiza e informa o movimento da oferta no quadro, desde logo e sempre apenas provisoriamente definido, dos que produzem uma dada classe de mercadorias e o que, relativizando sempre es-

²⁶ É claro que este movimento de alteração da oferta supõe a iteração do ciclo e o julgamento que o momento realização da volta anterior emitiu sobre as condições de produção de cada produtor. Convém notar que este julgamento — isto é, a adequação de curto prazo entre a oferta fisicamente dada e a demanda solvente —, vale dizer, a fixação do preço de mercado, é ela própria inteiramente serial. Ver sobre este ponto a explicitação exaustiva de Sartre (1960, p. 328 e seg.).

ta definição, informa o movimento de passagem de um ramo a outro. A diferença entre estes dois movimentos, apenas material, está em que, num caso, o objeto em torno do qual ele se dá são taxas de remuneração intra-setoriais e o outro é, portanto, mais próximo — enquanto que no outro este objeto são taxas de remuneração intersetoriais. Formalmente, no entanto, as relações são, em ambos os casos, igualmente de alteridade, e a diferença na escala das séries anula-se na infinitude da recorrência de ambas. O que se acrescenta, no entanto, com a consideração da dimensão extensiva da forma do valor é a pluralidade constitutiva do valor e, com isto, de que seja ele, por definição plural, a necessidade de princípio de pensá-lo sempre relativa ou diacriticamente.

Retornando à discussão anterior sobre o estatuto ontológico do valor, o ponto relevante a sublinhar é o peso, a gravidade desta realidade transfinita (Sartre, 1960) que, constituída na recorrência das relações de alteridade, adquire uma consistência específica e passa a impor-se a cada um dos agentes intervenientes como o regulador, móvel e constante, de suas práticas. Falando das condições de acesso a este tipo de realidade, Sartre nota que ela não é acessível unicamente ao historiador — nem tampouco unicamente à análise pura —, mas é o fundamento de todos os cálculos de alteridade prática (Sartre, 1960). O que significa que a relação de polarização unívoca entre cada agente e este termo quase-universal que se constitui no limite de sua intervenção só tem sentido na medida em que cada agente sabe e reconhece sua eficácia em relação aos demais. Não é, de resto, outra coisa o que está a dizer Marx ao afirmar que o valor, sendo uma média e, enquanto tal, uma abstração exterior, não deixa, por isto, sob a forma de preço médio de ser menos real, visto que uma tal média é a base da especulação comercial, que justamente define suas expectativas e projetos em função dela.²⁷ De onde que o fundamento de cada intervenção seja sempre este termo universal que, embora se determinando sempre alhures, está sempre presente, para cada termo, na forma desta fuga infinita em que se define. Compreende-se, portanto, que Sartre ao dizer que “a unidade do processo não é um todo mas uma fuga” (Sartre, 1960, p. 696) esteja apenas a precisar o sentido desta estrutura “différentielle” de que se falou acima. Quer dizer, difere-se constantemente a definição do valor na medida em que a socialização do trabalho,

²⁷ “Or ce n’est nullement le cas, puisque la valeur des marchandises déterminée par le temps de travail ne représente que leur valeur moyenne.

Certes, une moyenne est une abstraction extérieure, car c’est le nombre moyen obtenu à partir d’une époque entière: par exemple, 1 livre de café de 1 sh., est la moyenne des prix de cafés des dernières vingt-cinq années. Mais elle n’en est pas moins très réelle, si l’on veut bien admettre qu’elle est la force motrice et le principe actif des oscillations de prix des marchandises au cours d’une période donnée. Cette réalité n’a pas seulement une importance théorique: c’est la base de la spéculation commerciale, pour laquelle les calculs de probabilité reposent aussi bien sur les prix moyens qui représentent la ligne médiane de l’oscillation que sur ceux qui représentent les moyennes des hauts et des bas, au-dessus ou au-dessous de cette ligne médiane”. (Marx, 1968, t. 1, p. 71.)

em condições mercantes, “tirando sua realidade objetiva e prática da separação física e mental dos indivíduos” (Sartre, 1960, p. 334), só podendo, portanto, efetuar-se no limite da série duplamente infinita das comparações em alteridade que visam a suprimi-la, é ela própria permanentemente diferida. De onde que se possa estritamente dizer do valor o que Sartre diz do preço, isto é, que “ele é real na medida em que reúne em si os fatores reais da separação” e que “sua força vem da impotência de cada agente em relação aos demais termos da série” (Sartre, 1960, p. 334), ou ainda, se se quiser, do intervalo que originariamente (isto é, desde que há produção mercante) separa as unidades sociais.

É preciso juntar ainda que este processo de constituição de um termo regulador a partir de uma prática desmultiplicada só é possível na medida em que a multiplicidade dos agentes se agrupa em torno de uma mesma realidade material — neste caso, e tomando as coisas no nível de generalidade máxima, o conjunto de bens formadores do produto social — a partir da qual se define, para cada um deles, um interesse particular e próprio e, ao mesmo tempo, desde que formalmente considerado, sempre idêntico. É essencial, no entanto, perceber que esta identidade formal do interesse é *sintética*, resulta da situação de antagonismo serial em que se encontram os agentes e não de qualquer traço, de qualquer hipotética essência humana.²⁸ De outra parte, convém ainda acrescentar que a realidade, o peso do termo quase-universal constituído na passagem ao limite das práticas serializadas, é suportada pela materialidade desta materialidade a partir da qual se definem os interesses. O que significa dizer que as variações nos preços de que resulta no longo prazo a determinação do valor são reverberações (Sartre, 1960, p. 239), na realidade material das mercadorias, da multiplicidade das intervenções práticas na sequência das trocas. Sartre diz mesmo que a ausência de cada um dos termos que, compondo a estrutura serial

²⁸ “Il est facile de remarquer au contraire, que l'intérêt particulier, comme objet matériel du monde, a déjà une structure de généralité puisqu'il se donne comme le même chez tous en tant que cette identité crée les antagonismes dans le milieu de l'altérité. Et, certes, cela n'est pas entièrement vrai: il n'est pas d'abord le même pour se diviser en une infinité d'oppositions mais, dans un champ social donné, ce sont les oppositions, en tant que l'unité d'un même équipement, des mêmes techniques, des mêmes connaissances, constitue la base pratique fondamentale qui rend tout antagonisme possible, ce sont ces oppositions qui définissent, les unes par les autres et dans leur affrontement, l'unité de toutes, en tant qu'elles nient chacune, comme le caractère universel de l'intérêt particulier. Ainsi, l'économie classique a-t-elle cru pouvoir définir ces intérêts identiques comme s'ils existaient également chez tout individu d'un groupe, sans se rendre compte que cette unité est le résultat d'un processus sériel. Mais en fait il s'agit d'une toute autre chose puisque cet intérêt ne vient à chacun que dans certaines conditions totalisantes et par les autres (...) et puisqu'il s'agit d'une structure d'altérité sérielle de l'être-hors-de-soi individuel.” (Sartre, 1960, p. 267-8.) “Du coup l'identité (...) devient synthétique, chacun est identique à l'Autre en tant qu'il est fait, por les autres. Autre agissant sur les autres; la structure formelle et universelle d'altérité fera la Raison de la série.” (Sartre, 1960, p. 314).

em sua racionalidade de alteridade, determina-lhe os efeitos, “só pode manifestar-se num objeto material do qual ela constitui a realidade humana”²⁹.

Seja como for, na seqüência da discussão anterior sobre o estatuto ontológico do valor, o importante a sublinhar é esta consistência, este peso real assumido pela resultante da prática serial e que torna impossível a pretensão de Emmanuel de pensar o estatuto do valor unicamente no quadro da categoria de relação. De onde deve-se concluir que o valor, não sendo nem substância nem relação, se define intermediariamente como esta objetividade sintética que emerge constantemente da prática serial por ele regulada (Sartre, 1960, p. 315).

Do ponto de vista lógico, o essencial a reter é que estes termos sintéticos que vimos chamando de quase-universais não são conceitos, isto é, neles a identidade dos termos diversos não está dada na definição prévia do que cada um é, mas resulta da alteridade reciprocamente ativa de todos os termos (Sartre, 1960, p. 313). E isto de tal modo que não só a substantivação dos processos à maneira espinozista (Sartre, 1960, p. 668), mas também o modelo lógico do espírito hegeliano³⁰ são inaceitáveis.

Do ponto de vista do prosseguimento da análise, o importante é ver que a possibilidade de seu aprofundamento repousa inteira em aprofundar, diferenciar, desdobrar as implicações desta racionalidade serial — que é, sem dúvida, uma das riquíssimas novidades teóricas da filosofia pós-hegeliana — no corpo teórico marxista. E tanto mais assim, quanto mais se tiver como desirato pensar o tipo de racionalidade especial implicada na descoberta marxista do continente histórico.

²⁹ Compreende-se que, nestas condições, deva-se ver a reificação menos como a metamorfose do indivíduo em coisa do que como a regulação das práticas individuais por termos quase universais por ela constituídos na recorrência de uma prática em alteridade (Sartre, 1960, p. 243).

³⁰ “O espírito é a substância universal igual a si própria, permanentemente, é a base imutável e irreduzível, o ponto de partida da operação de todos — ele é seu objetivo e seu termo enquanto em si pensado de todas as consciências de si. Esta substância é também a obra universal que, graças à operação de todos e de cada um, se engendra como unidade e igualdade deles, pois ela é o para si, o “si”, a operação em ato. Enquanto substância, o espírito é a igualdade consigo mesmo, inflexível e justo, mas, enquanto ser para, si a substância é a essência que se dissolveu, a essência do bem que se sacrifica. Cada um aí realiza sua obra própria dilacerando o ser universal e dele tornando-se parte. Esta dissolução e singularização da essência é precisamente o momento da operação do si de todos; este momento é o movimento e a alma de substância, a essência universal conduzida a sua efetuação; ora, é precisamente porque esta substância é o ser resolvido no si que ela não é essência morta, mas é efetiva e viva.” (Hegel, 1941, t.2, p. 10.)

Bibliografia

- BETTELHEIM, Charles (1970). **Calculus économique et formes de propriété**. Paris, Maspero.
- . (1972). **A troca desigual**. 2. ed. Paris, Maspero.
- BRUS, Włodzimierz (1970). **Problèmes généraux du fonctionnement de l'économie socialiste**. Paris, Maspero.
- CUTLER, A. et alii (1980). **O capital de Marx e o capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar.
- DELLEUZE, G. (1972). **L'anti-oedipe, capitalisme et schizophrénie**. Paris, /s.ed./ (Collection Critique).
- EMMANUEL, A. (1972). Réponse à la Charles Bettelheim. In: ———. **L'échange inégal**. Paris, Maspero.
- GIANNOTTI, J. A. (1968). Contra Althusser. **Teoria e Prática**, São Paulo, /s.ed./, (3).
- GODELIER, Maurice (s.d.). **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HEGEL, G. W. F. (1941). **La phénoménologie de l'esprit**. Paris, Aubier. t.2.
- HILFERDING, R. (1971). La critica di Bóhn Bawerk a Marx. In: HILFERDING, R. et alii. **Economia borghese ed economia marxista**. Firenze, La Nuova Italia.
- LANGE, Oskar (1972). A economia marxista e a moderna teoria econômica. In: ———. **A economia moderna e o marxista**. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARX, Karl (1963). Le capital, livre premier. In: ———. **Ouvres I**. Paris, Gallimard. p. 543-1406. (Bibliothèque de la Pléiade).
- . (1963). Critique de l'économie politique. In: ———. **Ouvres I**. Paris, Gallimard. p. 271-452. (Bibliothèque de la Pléiade).
- . (1963). Misère de la philosophie. In: ———. **Ouvres I**. Paris, Gallimard. p. 7-136. (Bibliothèque de la Pléiade).
- . (1968). **Fondements de la critique de l'économie politique**. Paris, Anthropos.
- . (1969). **Theories of surplus value**. London, Lawrence & Wishard. pt. 1 e 2.
- . (1971). **Lettres à Kugelmann**. Paris, Editions Sociales.
- MEEK, Ronald (1971). **Economia e ideologia**. Rio de Janeiro, Zahar.
- RANCIÈRE, Jacques (1967). Le concept de critique et la critique de l'économie politique des manuscrits de 1844 au Capital. In: ALTHUSSER, L. et alii. **Livre le capital**. Paris, Maspero. t.1.
- . (1970). La politica de Althusser. In: ———. **Lectura de Althusser**. Buenos Aires, Calema.
- RUBIN, Isaac Ilyich (1979). **The history of economic thought**. London, Ink Links.

- SARTRE, Jean Paul (1960). **Critique de la raison dialectique**. Paris, Gallimard.
- SMITH, Adam (1970). **The wealth of nations**. London, Penguin Books. v. 1 e 2.
- TORRES, João Carlos Brum (1979). **Valor e forma do valor**. São Paulo, Símbolo.
- WAHL, F. (s.d.). **Estruturalismo e filosofia**. São Paulo, Cultrix.